



DOI:10.12957/transversos.2019.41847

INTELECTUAIS, LUTAS DE RESISTÊNCIA E LÍNGUAS EM ANGOLA

Heloisa Tramontim de Oliveira

Universidade Federal de Santa Catarina

heloisatramontim@gmail.com

Cristine Görski Severo

Universidade Federal de Santa Catarina

crisgorski@gmail.com

RESUMO: Este artigo trata do papel desempenhado pelos intelectuais nas lutas angolanas contra o colonialismo português, em defesa da independência de Angola, e na construção de um nacionalismo angolano, entre a segunda metade do século XIX e os anos 1970. Enfocamos, mais especificamente, o papel atribuído à língua portuguesa nessas lutas, uma vez que a formação intelectual dos angolanos ocorria através dessa língua lusitana. O texto apresenta um panorama histórico, enfocando a complexidade e pluralidade que caracterizou o papel dos intelectuais no processo de formação de Angola, a exemplo da existência de três partidos políticos de independência que se dividiram em torno de questões linguísticas e culturais sobre o que conta como angolanidade. Por fim, sinalizamos para as contradições e desafios que caracterizam o percurso de intelectuais na sua relação com a política.

PALAVRAS-CHAVE: Angola; intelectuais; língua portuguesa; lutas.

ABSTRACT: This article discusses the role played by intellectuals in the Angolan struggles against Portuguese colonialism, in defense of Angola's independence, and in the construction of Angolan nationalism, between the second half of the nineteenth century and the 1970s. We focus, more specifically, the role attributed to the Portuguese language in these struggles, mainly because the intellectual formation of Angolans occurred through this language. This paper presents a historical overview, focusing on the complexity and plurality that characterized the role played by intellectuals in the process of Angola formation, as the existence of three political parties that were framed around linguistic and cultural issues concerned about what counts as Angolanity. Finally, we point to the contradictions and challenges that characterize the intellectuals in their relation with politics.

KEY-WORDS: Angola; intellectualls; Portuguese; struggles.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o papel desempenhado pelos intelectuais em Angola a partir da segunda metade do século XIX. Enfocamos o lugar ocupado pela língua portuguesa nas lutas dos intelectuais: (i) contra o colonialismo; (ii) pela independência; (iii) pela construção de um nacionalismo, estando essas três articuladas. Em termos linguísticos, assumimos que o intelectual estabelece uma relação forte com sua língua materna e de expressão literária oficial, especialmente diante do lema de “um povo, uma nação e uma língua”. Tal lema, contudo, se torna complicado em contextos fortemente multilíngues e multiétnicos, como Angola. A ligação entre o intelectual e a língua oficial da nação foi tematizada por Said (2005, p. 39):

A primeira noção que quero discutir é a da nacionalidade e, com ela, o que foi desenvolvido no seu bojo: o nacionalismo. Nenhum intelectual moderno [...] escreve em esperanto, quer dizer, numa língua concebida para pertencer ao mundo inteiro e não a determinado país ou tradição particular. Cada intelectual enquanto indivíduo nasce com uma língua e geralmente passa o resto da vida com essa língua, que é o veículo principal de sua atividade intelectual. As línguas são, naturalmente, sempre nacionais — o grego, o francês, o árabe, o inglês, o alemão etc. — embora um dos aspectos relevantes que pretendo salientar aqui é que o intelectual é obrigado a usar uma língua nacional não apenas por razões óbvias de conveniência e familiaridade, mas também porque ele espera imprimir-lhe um som particular, uma entonação especial e, finalmente, uma perspectiva que é própria dele.

Pode-se dizer que o papel do intelectual no cenário angolano foi ambíguo: por um lado, buscou uma libertação de Portugal e, por outro, contribuiu para o apagamento de certas memórias em prol da construção de uma unidade nacional. Neste artigo, enfocaremos esse posicionamento ambivalente e, por vezes, contraditório, que ajudou a construir um lugar complicado para as línguas locais faladas em Angola, quando comparadas ao papel desempenhado pela língua portuguesa que foi a única a ser oficializada neste país. A título de ilustração, o censo de 2014 de Angola informa que 71% da população angolana, majoritariamente urbana, fala português; a língua umbundu seria falada por 23% da população; e o kikongo e o kimbundu seriam falados por 8% da população (Instituto Nacional de Estatística, 2016). Tais registros estatísticos, contudo, não são representativos da complexidade linguística de Angola, cujas práticas linguísticas extrapolam uma compreensão de língua como unidade nomeada, contada e quantificada. Sabemos que as línguas se misturam, assim como os discursos, em prol da construção de eventos comunicativos.

A seguir, tematizamos o assunto a partir de duas seções: inicialmente, abordamos a emergência das lutas contra o colonialismo português a partir da segunda metade do século

XIX, com enfoque para o papel das revistas literárias e da língua portuguesa como língua de resistência, de formação intelectual e de dominação colonial; em seguida, enfocamos o contexto das lutas pela independência e a formação do nacionalismo angolano, enfocando as divergentes visões sobre o que contava como angolanidade na sua relação com as línguas.

1 DOS MOVIMENTOS DE RESISTÊNCIA EM ANGOLA

Na segunda metade do século XIX, o cenário colonial de Luanda – sede da administração portuguesa – e arredores apresentava uma cultura que mesclava elementos africanos e portugueses, conhecida como cultura crioula. As resistências contra o regime colonial neste período incluíam movimentos intelectuais da burguesia angolana, que defendiam a liberdade para os escravos, a cultura nacional e a liberdade para a mulher. Exemplificando, em 1896 foi criada em Luanda, com ideias de contestação política, a *Associação Literária Angolense*, por Augusto Ferreira, Francisco Augusto Taveira, Apolinário Van-Dúnem e Manuel Augusto dos Santos (OLIVEIRA, 2010). No início do século XX, essa mesma geração criou dois periódicos literários: *o Almanach – Ensaios Literários* (1901) e *Luz e Crença* (1902). Registre-se que este segundo periódico foi idealizado e editado por Pedro da Paixão Franco, um dos principais intelectuais da época, propagador de ideias anticolonialistas e libertárias através de textos e poemas escritos em língua portuguesa (LARANJEIRA, 1995).

Com o intuito de se fortalecerem contra o colonialismo, para esses intelectuais era imperativa a criação de uma organização unitária. Essa necessidade levou os resistentes ao regime colonial a fundarem, em 1912, a *Junta de Defesa dos Direitos de África*. A Junta conjugava interesses de representantes não só de Angola, mas também de Guiné e Moçambique, cujo porta-voz oficial foi a revista *A Voz da África*. Mencionamos, também, o jornal *O Eco d'África*, fundado em 1914, em Lisboa, por angolanos. O surgimento dessas vozes de resistência – faladas e escritas – mobilizou uma intensa perseguição política por parte do Governador-Geral português em Angola, Norton de Matos, o “que se evidenciava pela rudeza de seus métodos de administração” (KANDA, 2005, p. 44), levando à prisão e à deportação uma série de angolanos. De acordo com Kanda (2005), após a Primeira Guerra Mundial, novas formas de resistência começaram a ganhar corpo. Vencidos militarmente, os nativos angolanos voltaram-se para a criação de novas estratégias de autodefesa para além da defesa armada, como o uso de campanha política.

Na sua maioria, os movimentos de libertação do colonialismo português eram liderados por intelectuais que haviam conseguido estudar na Europa e, com isso, compreendiam a

realidade portuguesa da época. O acesso à educação formal em Angola era restrito a um pequeno grupo privilegiado devido ao temor do governo português de que a promoção intelectual dos indígenas angolanos fizesse surgir líderes que se levantariam contra seu Império. Assim, apenas alguns poucos “autóctones” obtiveram ensino a um nível mais elevado e, quando isso ocorria, a escolarização visava transformá-los em “europeus de segunda classe” (KANDA, 2005, p. 30).

No processo colonial de implantação em Angola da cultura portuguesa, a Administração Colonial configurou uma política deliberada de apagamento das línguas locais e das autoridades tradicionais potentes, por constituírem um perigo possível aos seus projetos. Dessa maneira, o Governo Colonial considerava as escolas não só como um dever religioso, mas também como um meio de disseminar a cultura e a língua portuguesa nas populações africanas. O método mais usado foi o da administração direta, proibindo, pura e simplesmente, as línguas africanas nas escolas e nas famílias. Exemplo dessa política linguística de imposição do português foi o decreto 77 de 09 de dezembro de 1921, sancionado por Norton de Matos, que obrigava o ensino da língua portuguesa nas missões e proibia o ensino de línguas locais, chamadas de línguas indígenas:

Artº 1; ponto 3: É obrigatório em qualquer missão o ensino da Língua Portuguesa; ponto 4: É vedado o ensino de qualquer língua estrangeira.
Artº 2: Não é permitido ensinar nas escolas de missões línguas indígenas (apud ZAU, 2015, p. 5)

Na contramão dessa política linguística e educacional centrada na língua e cultura portuguesa, foram formadas associações angolanas a fim de “propagar a instrução, promover o desenvolvimento moral e intelectual e trabalhar no sentido do progresso” (KANDA, 2005, p. 41), como a *Liga Angolana*, em 1912, e o *Grêmio dos Africanos*, em 1913. A primeira organização, no entanto, foi vítima de um clima de perseguição política pelo Governador-Geral Norton de Matos, que decretou seu encerramento em 1915 (KANDA, 2005).

No contexto português, importante frisar que em meados dos anos 1930, António Salazar chegou ao poder, momento em que os autoritarismos e nacionalismos fascistas entraram em voga na Europa. Em 1930, o ditador promulgou o primeiro documento constitucional do Estado Novo, o Ato Colonial¹, pelo Decreto nº 18.570, lei constitucional que deliberava as relações entre a metrópole portuguesa e suas colônias, com o papel de “[...] possuir, civilizar e colonizar domínios ultramarinos” (ATO COLONIAL, 1930). África e Ásia passaram, então, a

¹ Disponível em: <http://www.arqnet.pt/portal/portugal/documentos/acto_colonial.htm>. Acesso 01 jan 2019.

ser frutos de uma política ostensiva de assimilação. Foi a partir desse momento que territórios africanos e asiáticos receberam a denominação de colônias, e a distinção entre “civilizado” e “assimilado”, já expressa em alguma lei avulsa, passou a ter caráter permanente. Angola, assim como outras colônias, sofreu abruptamente a expansão da ditadura portuguesa salazarista em seu território. O discurso propagandístico, alicerçador de uma nova ordem portuguesa, pautava-se em um projeto ideológico totalizante, de cunho purificador, autolegitimador e fabricante de um conceito unificador de cultura de raiz nacional portuguesa.

Entre 1940 e 1960, o nacionalismo angolano, aliado às lutas contra o regime colonial, desenvolveu-se sob uma forma revolucionária. No cenário internacional, o fim da Segunda Guerra Mundial representava a vitória dos Aliados e, conseqüentemente, da democracia sobre o fascismo, o que contribuiu para fortalecimento dos movimentos anti-colonialistas. Dessa maneira, o pós-guerra indicou para os intelectuais angolanos os sinais de alguma mudança, como observa Kamabaya (2003, p. 95):

Nunca na história de Angola o fervor pela liberdade se expressou de modo tão profundo e tão entusiasta ao ponto de mobilizar quase que instantaneamente, de Cabinda ao Cunene, as enormes massas humanas que aderiram ao apelo da luta pela libertação do solo pátrio do jugo colonial português.

Os intelectuais investiram em uma ideologia de comunhão sob o escopo da ideia de nação angolana, arregimentada política e epistemologicamente como uma forte arma de resistência contra os anos de imposição colonial e de sujeição aos mandos de Portugal. Assim, a geração dos anos 1940 tornou-se a primeira de estudantes angolanos com nomes de peso na formação mais robusta de uma literatura militante no país, em prol da construção de uma unidade nacional resistente ao regime colonial. Alguns desses intelectuais foram os pioneiros da afirmação da Literatura Moderna Angolana, usando a língua portuguesa como arma tanto de contestação e problematização do regime colonial, como bandeira de unificação nacional. Entre esses nomes estavam Agostinho Neto, António Jacinto Viriato da Cruz, Mario Pinto de Andrade, Alda Lara e Mário António, entre outros. A década de 1950 em Angola abriu portas para que a produção intelectual que vinha ocorrendo em Luanda, Benguela, Huambo e Lubango também circulasse pelas cidades de Lisboa e Coimbra, os dois pólos de atividade acadêmica universitária em Portugal (KANDJIMBO, 2000).

Esses movimentos intelectuais contribuíram para a construção do conceito de angolanidade, que foi reforçado por meio da criação de escolas clandestinas de alfabetização

nos musseques² de Luanda, em sintonia com a invenção da cultura nacional angolana. Paralelamente, alguns angolanos que possuíam o bilhete de identidade na categoria de “assimilados” e que eram alfabetizados atuaram politicamente ensinando outros a lerem e entenderem a proposta política e social que se fazia premente. Kanda (2005, p. 41) registra o papel político dos assimilados na construção de uma ideia de nacionalismo angolano, inspirada na experiência europeia:

Os assimilados estudaram as ideias políticas e a história de Portugal e começaram a aplicar tais ideias à causa do progresso de Angola. A ideia de nacionalismo foi talvez a mais importante de todas elas. Basicamente, tratava-se da ideia europeia de que cada povo ou grupo de povos europeus, organizado numa nação, tinha o direito de se governar a si próprio. Os intelectuais angolanos na metrópole e dentro do país começaram a argumentar com a administração colonial que o que era justo para Portugal também tinha de ser justo para os angolanos.

A construção da angolanidade, portanto, visava destituir e desativar a ideia de assimilação definida pela ideologia colonialista. Assim, coube a esse intelectual angolano integrar as identidades do seu território em uma identidade nacional imaginária, ignorando os rótulos de indígenas, assimilados ou civilizados. Tratou-se, com isso, da construção de um sentimento e de uma imagem nacional centrada na ideia de angolanidade. Em termos linguísticos, a língua portuguesa – falada e escrita pelos intelectuais angolanos – tornou-se a língua de unificação nacional, evitando-se, supostamente, o favorecimento de alguma língua ou etnia local. Sabemos que essa estratégia política produziu efeitos complicados para as línguas angolanas que, a partir da constituição de 25 de abril de 1974, foram nomeadas como “línguas nacionais”.

2 O PAPEL DAS LÍNGUAS NA CONSTRUÇÃO DO NACIONALISMO

Notemos que foi por meio da língua que os intelectuais engendraram suas ideias e propagandeavam o sentimento que construiria a nova nação. E se, como na visão de Fanon (2008), o papel do intelectual seria o de abrir espaço ao futuro, esse futuro unificado foi notoriamente construído em língua portuguesa, a exemplo da intensa produção de literatura angolana nessa língua. Esse material impresso permitiu que a nação se convertesse numa comunidade, recorrendo constantemente a uma história previamente selecionada, contada e, de

² Musseque em Angola é um sinônimo de favela no Brasil, bairro de lata em Portugal, caniço em Moçambique. No Português de Angola, um musseque é um bairro ou uma aglomeração de residências pobres.

certa forma, romantizada. A respeito do papel da literatura na construção de um ideal nacional, Edward Said (2005) já concluíra que os romances de fundação acabariam por se adequar como elementos relevantes na edificação coletiva de um passado e de um “nós” comum e identificado. A relação entre o domínio da língua e o papel de intervenção política é, também, apontada por Said (2005, p. 33):

As representações intelectuais são a atividade em si, dependentes de um estado de consciência que é cética, comprometida e incansavelmente devotada à investigação racional e ao juízo moral; e isso expõe o indivíduo e coloca-o em risco. Saber como usar bem língua e saber quando intervir por meio dela são duas características essenciais da ação intelectual.

Os intelectuais em Angola que ganharam visibilidade eram todos falantes da língua portuguesa e muitos deles fundaram e integraram o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que chegou ao poder e oficializou a língua portuguesa com a justificativa de se evitar as tensões do tribalismo. Tal exclusão das demais línguas do campo da oficialidade foi paralela a uma invisibilização do papel de luta das mulheres combatentes ou guerrilheiras, que foram raramente retratadas em uma literatura militante, como apontado por Paredes (2014, p. 127):

Não há muitas representações na literatura angolana de mulheres combatentes ou guerrilheiras. O escritor Pepetela, no romance épico *Mayombe* (1980), um livro sobre guerrilheiros e a guerrilha do MPLA, transcorrido na floresta do Mayombe em Cabinda, não incluiu nenhuma mulher no pelotão guerrilheiro, todos os guerrilheiros são homens. Ondina, a personagem feminina do romance, nunca aparece como agente do processo revolucionário e é remetida para o universo dos sentimentos e da sexualidade, contribuindo o escritor para a operação de invisibilidade das mulheres guerrilheiras e confirmando que a guerrilha no MPLA era vista como uma instituição masculina e masculinista.

Além da obra de Pepetela, Paredes ainda se refere a obras conferidas a outros nomes, como Luandino Vieira e João Melo, que contribuíram para a invisibilização do papel do feminino em atuação no combate pela Independência. É preciso, também, considerarmos que os intelectuais angolanos não defendiam os mesmos ideais, embora estivessem engajados em um objetivo comum de libertação e de descolonização.

Ressalte-se que o modelo de descolonização angolana foi idealizado de três maneiras distintas, distribuído por três pólos geopolíticos e etnolinguísticos no país, e não apenas na

capital, como aconteceu em outros territórios colonizados. Tal divisão esteve atrelada à existência de três partidos, cada qual com suas concentrações étnicas, configurações linguísticas e ideias sobre o que seria o nacionalismo angolano. O nacionalismo defendido pelo MPLA, por exemplo, pode ser explicitamente constatado em obras de literatura angolana e no grande valor conferido a seus escritores que deram origem ou fizeram parte do partido; esse ideário nacionalista estava geopoliticamente localizado na área central do território angolano, desfavorecendo os territórios periféricos e os não falantes de língua portuguesa, os quais foram alvo de outros dois partidos políticos: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA).

Enquanto outras colônias, em seus processos de independência, tinham como ponto central a capital e um partido político anti-colonial vigente, em Angola a busca pela libertação foi embalada não só por confrontos políticos de angolanos contra portugueses, mas também de angolanos contra angolanos (BIRMINGHAM, 2010; SEVERO; MAKONI, 2015). Assim, o “tribalismo” etnolinguístico abriu possibilidades, conforme já mencionamos, para o nascimento de três movimentos políticos que marcaram a libertação de Angola, que se encontravam em três regiões distintas de Angola e cada qual de caracterizava por uma distribuição étnica e linguística diferente, a saber:

O MPLA foi o movimento que deu origem ao partido de mesmo nome, proveniente de Luanda e arredores, e composto pelos kimbundu (20% da população) e pela elite de Luanda falante de língua portuguesa (MENEZES, 2000). Liderado por Agostinho Neto, foi o partido que chegou ao poder depois da Independência. Por conta disso, evidenciamos uma vasta literatura em português sobre a história da formação do movimento, incluindo as relações políticas que tinham com o comunismo soviético e cubano. Já a FNLA foi a frente que deu origem ao partido de mesmo nome, inicialmente denominava-se UPA, União das Populações de Angola. Liderada por Holden Roberto, a frente originou-se no norte de Luanda e se estabeleceu em Kinshasa, capital do antigo Zaire, hoje República Democrática do Congo. Era composta pelo grupo étnico bakongo (15% da população), o terceiro maior grupo de Angola e ocupava os territórios de Cabinda e as províncias do norte, além de se fazerem presentes no Congo e no Zaire (MENEZES, 2000); entre várias línguas, configurava como predominante o kikongo. Por fim, a UNITA, oriunda de uma cisão da FNLA, localizava-se no centro e sul de Angola. Contava com forte presença da etnia ovimbundu (a maior do país) que fala a língua umbundu, entre outras. Ocupam, sobretudo, o Planalto Central de Angola, nas províncias de Huambo, Benguela e Bié, mas se espalharam por todo país (MENEZES, 2000); esse partido contava com a liderança Jonas Savimbi, o qual foi morto na última guerra entre os partidos.

Um dos papéis da língua na divisão política de Angola pode ser exemplificado pela rivalidade existente entre o MPLA e a FNLA. Integrantes da FNLA usavam habitualmente o francês como sua língua franca e seus apoiantes eram predominantemente do norte, sendo que uma grande parte tinha vivido no Zaire por muitos anos, a fim de aproveitar as oportunidades econômicas do local. Quando os filhos de angolanos, nascidos no Zaire, voltavam à terra dos pais falando francês, eram chamados de “zairotas” (BIRMINGHAM, 2010), alcunha utilizada para marcar e rebaixar o “outro”, o não falante da língua portuguesa. Apesar da alcunha aos “angolanos-zairenses”, muitos desses que chegavam à capital ocupavam cargos de trabalho abandonados pelos imigrantes de Portugal, os quais para lá retornaram dominados pelo pânico de mais uma guerra civil, em 1975.

Na relação de Luanda com o interior do país, nota-se que os luandenses e os imigrantes do campo não falavam “a mesma língua”. Ainda que aqueles chamados de zairotas exercessem seus “estranhos” costumes de inspiração francesa, estes ainda estavam de acordo com o costume do europeu, por também falarem a língua francesa. Dessa maneira, os zairotas, ideologicamente, falavam a mesma língua – o mesmo discurso – do luandense, ou seja, assemelhavam-se àqueles que sofreram o processo de assimilação. O mesmo não pode ser averiguado, no entanto, em relação aos migrantes rurais falantes das línguas angolanas:

Na cidade, os imigrantes rurais são tratados com desprezo notório, sobretudo aqueles que não falam português ou que não adoptam comportamentos europeizados. [...] As pessoas do campo vêm de todas as partes do país, mas sobretudo do corredor de Luanda de língua kimbundu ao longo da linha do caminho-de-ferro para Malanje e do planalto de língua umbundu (BIRMINGHAM, 2010, p. 203).

Esse exemplo ilustra a plasticidade do conceito de unificação da nação, que engloba relações de poder e assimetrias linguísticas. O julgamento feito pelos luandenses sobre os angolanos vindos do Zaire e sobre os angolanos vindos do campo é distinto. A língua europeia dos sujeitos vindos do Zaire ainda é mais valorizada que as línguas de origem angolana. Podemos perceber aqui que não é a língua que vem a reboque do nacionalismo, e sim o oposto.

Como já vimos, no ano de 1975, a guerra terminou e o MPLA chegou ao poder³. A relevância política da língua portuguesa depois da independência tornou-se ainda mais crucial em Angola. A língua tornou-se um signo central de rivalidade política, de confronto ideológico,

³ Com o apoio internacional das tropas cubanas e tendo Agostinho Neto como presidente, instaurou-se um governo de orientação nacionalista-marxista. Os dois outros partidos não-marxistas, não aceitando a condição do MPLA no poder, iniciaram um longo processo de guerras civis que só terminaria em 2002, após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi.

de faccionismo regional, de descontentamento rural, de confronto de classes e de interferência neocolonial (BIRMINGHAM, 2010). Além disso, a língua também ajudou a ratificar classificação identitárias dos povos de Angola, através de categorias etnolinguísticas. Exemplificando, o etnólogo José Redinha propôs um trabalho de catalogação e de classificação dos povos de Angola a partir de fatos linguísticos, a saber: “[...] outro recurso não resta ao etnólogo que recorrer à linguística para a repartição das etnias, dada, para mais, a grande carência de estudos de antropologia somática nas populações da África banta” (REDINHA, 2009, p. 19). Segundo Severo e Makoni (2015, p. 45), tais estudos tratam de

classificações etnolinguísticas que, no contexto da empreitada colonial, operaram fragmentando, racializando as línguas e linguistificando as etnias, legitimando um discurso com efeitos sobre políticas públicas, como as políticas linguísticas e educacionais.

A ideia de nacionalismo oficialmente adotada em Angola acabou por relegar as línguas angolanas a um estatuto simbólico menor, uma vez que a língua portuguesa foi reconhecida como a língua oficial. Nesse contexto, assumimos que as línguas não são uma abstração, um dado em si, mas “existem em relação às práticas discursivas e linguísticas das pessoas, o que implica considerar aquilo que as pessoas efetivamente fazem com as línguas” (SEVERO; MAKONI, 2015, p. 84). Nas palavras de Fanon (2008, p. 34): “[...] O homem que possui a linguagem possui, em contrapartida, o mundo que essa linguagem expressa e que lhe é implícito” (2008, p. 34). Por isso, a política linguística em prol das línguas angolanas opera, também, como um gesto de reconhecimento de modos específicos de ser e estar no mundo.

Percebemos, por um lado, que a universalidade da construção de nação angolana foi mobilizada para o fortalecimento de um ideário de resistência que derrubasse o ideário colonial português, opressivo e subjogador. Por outro lado, sabemos que essa idealização totalizante que oficializou a língua portuguesa em detrimento das demais línguas angolanas, a fim de se evitar o tribalismo, deu sequência à construção de uma tradição literária escrita em português, o que ajudou a relegar a tradição oral a um lugar muitas vezes folclórico e extra-oficial. De acordo com Ribeiro (2012), há histórias e narrativas rememoradas oralmente pelo povo e pelos guerrilheiros que nem sempre são contadas e transformadas em história por aqueles que dominam os códigos escritos. Assim, é relevante questionarmos por meio de quais vozes e em qual língua se conta(m) a(s) história(s) de Angola:

‘Que heróis afinal na narrativa nacional? Ou, mais genericamente, que história de Angola está a ser contada?’ E, portanto, o narrador (...) narra

uma possível história a partir das muitas estórias que compõe a história coletiva de todas as nações, alertando-nos assim para o perigo de uma história única (RIBEIRO, 2012, p. 155)

Por fim, podemos dizer que os interesses conflitantes entre as diferentes orientações nacionalistas se tornaram problemas quase tão significativos quanto a própria luta contra o colonizador opressor (MENEZES, 2000). Na base dessas diferenças situavam-se não apenas vaidades pessoais e disputas políticas, mas profundas distâncias ligadas à histórica relação entre as muitas tribos e etnias africanas, juntamente com suas línguas e modos de ver e estar no mundo.

CONCLUSÃO

Neste artigo, abordamos o papel de intelectuais angolanos nas lutas contra o colonialismo, pela independência do país e pela de construção de um nacionalismo, a partir da segunda metade do século XIX. Tais lutas não foram homogêneas, lineares e, tampouco, unificadas. Interesses e concepções diferentes orientaram os intelectuais na sua relação com a busca pela liberdade política de Angola. De forma geral, a língua portuguesa acompanhou o percurso histórico de resistência em Angola, seja por ser a língua de acesso ao conhecimento e às universidades portuguesas, seja por ter sido a língua usada para se criar o imaginário de unificação de um povo linguisticamente e culturalmente plural. A língua portuguesa, assim, assumiu diferentes significados e papéis políticos no processo histórico de Angola, o que afetou diretamente na maneira como os sujeitos locais valoram as línguas angolanas. O plurilinguismo em Angola, contemporaneamente, pulsa como um lugar de inscrição de memórias variadas, repassadas oralmente, especialmente em contextos rurais. A defesa do plurilinguismo tem sido bandeira de luta de intelectuais contemporâneos, seja em prol de uma educação bilíngue, que considere o papel das línguas maternas na aquisição de saberes institucionalizados, seja em prol do acesso dos sujeitos às diferentes instâncias políticas e públicas.

De forma geral, em Angola, podemos afirmar que

Não houve nenhuma grande revolução na história moderna sem intelectuais; de modo inverso, não houve nenhum grande movimento contra-revolucionário sem intelectuais. Os intelectuais têm sido os pais e as mães dos movimentos e, é claro, filhos e filhas e até sobrinhos e sobrinhas (SAID, 2005, p. 25).

Nada impediu, contudo, que alguns desses intelectuais, quando chegaram ao poder, buscassem atender seus interesses individuais, esquecendo-se das promessas contidas nos ideais que propuseram anteriormente. A decepção causada pela traição de intelectuais foi retratada na literatura local, a exemplo do excerto abaixo retirado da obra *A geração da utopia* (1992), de Pepetela, que foi combatente na luta de independência pelo MPLA:

Este país teve uma elite intelectual de causar inveja a qualquer país africano. [...] Elite que nunca soube aliar-se às elites rurais, tradicionais. [...] Porque, quando o poder colonial atacava os poderes tradicionais, essa elite saudava as guerras de conquista como portadoras de progresso, porque novos territórios lhe davam mais oportunidades de negócios e de cargos administrativos, sem compreender que assim se estava a enfraquecer a si própria [...] Nós, os intelectuais, sempre tivemos belas ideias, mas nunca fomos capazes de as defender a sério. E absurdamente criámos um anti-intelectualismo populista que nem nos apercebemos ser suicida. [...] (PEPETELA, 2013, p. 370-1)

Diante dessa distopia da qual Pepetela é um porta-voz, percebemos que o papel do intelectual não é único e, tampouco, exemplo de correção e moral. O intelectual, muitas vezes, está sujeito ao amor e encanto pelo poder, tornando-se mais um dente na engrenagem autoritária.

As lutas, então, assumem também uma face ética, como formas de resistência do intelectual ao autoritarismo e ao exercício ditatorial do poder. Sobre essa resistência, finalizamos nosso artigo com as orientações de Foucault (1977) sobre como evitar uma vida fascista: libertar a ação política de alguma pretensão totalizante; promover a disjunção e justaposição ao invés da hierarquização e subdivisão; optar pelo polo produtivo, multiplicador e fluido do poder ao invés de seu polo negativo e dogmático; conectar o desejo com a realidade, ao invés de fugir ou de negá-la; usar a ação política como um intensificador do pensamento e a reflexão como um multiplicador de formas de ação; evitar as políticas de individualização, mas favorecer a desindividualização; e, finalmente, evitar apaixonar-se pelo poder.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

- BIRMINGHAM, David. *Portugal e África*. Tradução Arlindo Barbeitos. Lisboa: Nova Vega, 2010.
- FANON, Frantz. *Os condenados da terra*. Tradução Enilce Albergaria Rocha, Lucy Magalhães. Juiz de Fora: UFJF, 2005.
- FOUCAULT, Michel. Introdução à vida não-fascista. In: Gilles Deleuze e Félix Guattari. *Anti-Oedipus: Capitalism and Schizophrenia*. Nova York: Viking Press, 1977. p. XI-XIV.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Tradução Celina Cardim Cavalcante. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA (INE). *Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação – 2014*. Angola/Luanda: INE – Divisão de Reprografia, 2016.
- LARANJEIRA, Pires. *Literaturas africanas de expressão portuguesa*. Coimbra: Universidade Aberta, 1995.
- KAMABAYA, M. *O Renascimento da Personalidade Africana*. Nzila: Luanda, 2003.
- KANDA, Almeida. *Repensar a História de Angola*. Uige: Sedipu, 2005.
- KANDJIMBO, Luis. *Agostinho Neto e a Geração Literária de 40*. In: MATA, Inocência; PADILHA, Laura (coord.). *Mário Pinto de Andrade: um intelectual na política*. Edições Colibri, 2000.
- MENEZES, Solival. *Mama Angola: sociedade e economia de um país nascente*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.
- OLIVEIRA, Susan Aparecida de. A Voz de Angola clamando no deserto e a emergência dos ideais anticoloniais em Angola. *Ipotesi: Revista de estudos literários*. vol. 14, nº 2. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2010.
- PAREDES, Margarida. *Mulheres na Luta Armada em Angola: memória, cultura e emancipação*. Tese de Doutorado em Antropologia. Lisboa: ISCTE-IUL – Instituto Universitário de Lisboa, 2014.
- PEPETELA. *A geração da utopia*. São Paulo: LeYa, 2013.
- SAID, Edward W. *Representações do Intelectual: as conferências de Reith de 1933*. Tradução Milton Hatoum. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SEVERO, Cristine; MAKONI, Sinfree. *Políticas linguísticas Brasil-África: por uma perspectiva crítica*. Coleção Linguística. V.5. Florianópolis: Insular, 2015.
- ZAU, Filipe. As tentativas de colonização com grupos raciais separados. *Jornal de Angola*, 06 de janeiro de 2016. Disponível em <unia.ao/docs/FilipeZau-AssisJunior.pdf> Acesso em 02 de fev de 2019.

Heloisa Tramontim de Oliveira: Departamento de Linguística

Área Sociolinguística.

Cristine Görski Severo: Departamento de Linguística

Área Sociolinguística.

Como citar este artigo:

Oliveira, Heloisa Tramontim; Severo, Cristine Görski ;INTELECTUAIS, LUTAS DE RESISTÊNCIA E LÍNGUAS EM ANGOLA . In REVISTA TRANSVERSOS. "Dossiê: REFLEXÕES SOBRE E DE ANGOLA - INSCREVENDO SABERES E PENSAMENTOS". N° 15, Abril, 2019, pp. 127-140 Disponível em <<https://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/transversos/index>>. ISSN 2179-7528.DOI:10.12957/transversos.2019.41847